

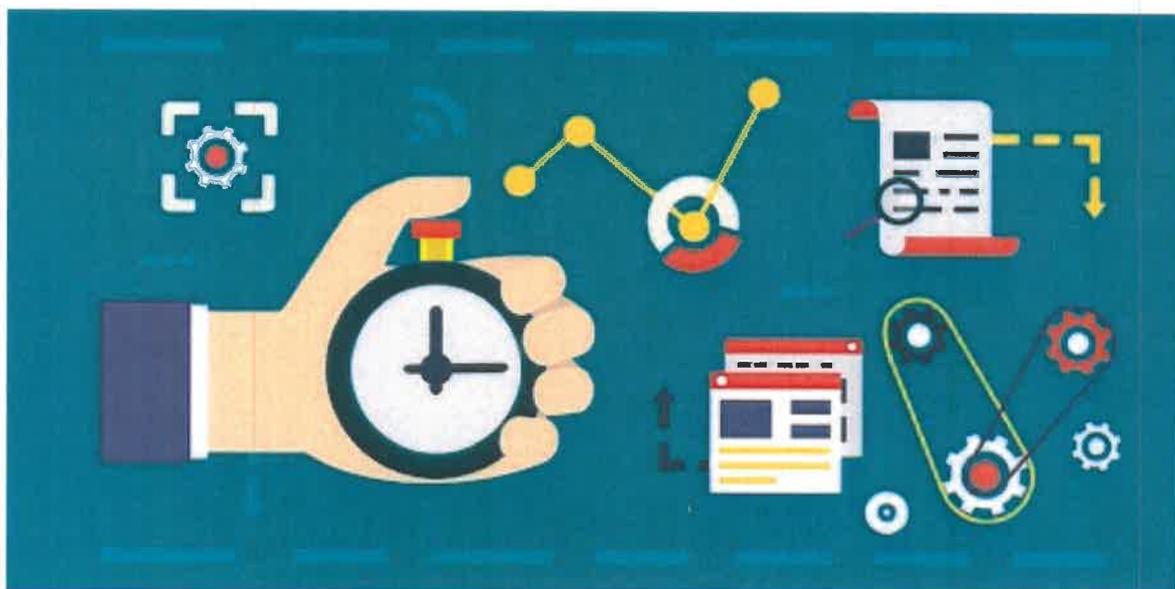
Relatório e Contas 2021



Índice

Missão.....	3
Capital Social.....	3
Órgãos Sociais.....	4
I – Introdução.....	6
II – Enquadramento das Atividades.....	7
Atividades no plano institucional:.....	7
No plano da estrutura organizacional e do pessoal:.....	7
Proposta de Aplicação de Resultados.....	8
IV Plano de Atividades.....	10
DEPARTAMENTO DE CULTURA.....	11
Departamento de Educação, Reabilitação e Psicologia.....	12
Departamento de Ação Social.....	13
V Prestação de Contas.....	15
Balço.....	16
Demonstração de resultados por Naturezas.....	18
Demonstração Individual das alterações no património líquido.....	20
Demonstração dos fluxos de caixa.....	22
Anexo.....	24
Mapas financeiros.....	24
Certificação Legal de contas.....	48
Relatório e Parecer do Fiscal Único.....	52
Parecer Concelho fiscal.....	54
Ata.....	56

Relatório de Gestão



2021

Missão

Promover a criação, difusão, dinamização e animação cultural no espaço concelhio, através de todas as formas de manifestação das tradições culturais características do concelho, bem como de outras iniciativas que promovam o seu desenvolvimento cultural, designadamente, no campo da música, teatro, artes plásticas, literatura, audiovisual e criação de espaços e equipamentos culturais.

A Praia cultural tem também na sua missão o desenvolvimento e promoção da ação social e psicomotora, através de iniciativas de apoio aos jovens, às famílias e idosos do conselho em dificuldades ou em situação de risco e a criação de espaços e equipamentos sociais.

Também faz parte da sua missão o desenvolvimento sociocultural, pedagógico e turístico-cultural, designadamente através de iniciativas e ações que promovem o conselho em todas as vertentes referidas.

Também exerce todas as atividades desde que estejam relacionadas direta ou indiretamente no todo ou em parte, com a sua missão, designadamente através da prestação de outros serviços necessários na área cultural e social do concelho.

Capital Social

O capital social, integralmente subscrito e realizado, é de um milhão cento e quarenta mil setecentos e quinze euros, representado por duzentos e vinte e oito mil cento e quarenta e três títulos, de cinco euros cada um, correspondente à soma das seguintes participações:

- a) Uma de um milhão cento e dez mil quinhentos e noventa e cinco euros, representado por duzentos e vinte e dois mil e cento e dezanove títulos, pertencente ao Município da Praia da Vitória;
- b) Uma de vinte e nove mil quinhentos e noventa euros, representado por cinco mil novecentos e dezoito títulos, pertencente à Filarmónica União Praiense;
- c) Uma de duzentos e cinquenta euros, representado por cinquenta títulos, pertencente ao Corpo Nacional de Escutas;
- d) Uma de duzentos e cinquenta euros, representado por cinquenta títulos, pertencente ao Orfeão da Praia da Vitória;

- e) Uma de quinze euros, representado por três títulos, pertencente ao Grupo de Teatro Experimental “A Teia”;
- f) Uma de quinze euros, representado por três títulos, pertencente ao Grupo Folclórico Fontes da Nossa Ilha.

Órgãos Sociais

De 1 de Janeiro de 2021 a 8 de novembro de 2021

Assembleia Geral:

Presidente: Dr. Tibério Manuel Faria Dinis (Município da Praia da Vitória)

Vice-Presidente: Raquel Lemos Borges (Município da Praia da Vitória)

Secretária: Virgínia Maria Barcelos Faria (Município da Praia da Vitória)

Direção:

Presidente: Carlos Armando Ormonde da Costa (Município da Praia da Vitória)

Vice-Presidente: Maria Madalena Medeiros Pereira (Filarmónica União Praisense)

Tesoureiro: José Avelino dos Santos Simões Borges (Município da Praia da Vitória)

Secretário: José António Borges Mendonça (Filarmónica União Praisense)

Vogal: José Gabriel Dias Medeiros (Orfeão da Praia da Vitória)

Conselho Fiscal:

Presidente: Tiago Lúcio Borges de Meneses Ormonde (Município da Praia da Vitória)

Vogal: João Carlos de Castro Tavares (Corpo Nacional de Escutas)

Relatora: Luísa Moniz Matos (Grupo Folclórico “Fontes da Nossa Ilha”)

De 8 de Novembro a 31 de dezembro de 2021

Assembleia Geral:

Presidente: Dr^a Vânia Marisa Borges Figueiredo Ferreira (Município da Praia da Vitória)

Vice-Presidente: Dr. Ricky Joe Batista (Município da Praia da Vitória)

Secretária: Lídia Marlene Ávila Branco (Município da Praia da Vitória)

Direção:

Presidente: Paula Cristina Borges de Sousa (Município da Praia da Vitória)

Vice-Presidente: Maria Madalena Medeiros Pereira (Filarmónica União Praiense)

Tesoureiro: Dr. Ricardo Jorge Peixoto Toste (Município da Praia da Vitória)

Secretário: Marco Aurélio Pamplona Meneses (Município da Praia da Vitória)

Vogal: Carlos Armando Ormonde da Costa (Município da Praia da Vitória)

Conselho Fiscal:

Presidente: Carlos Filipe Leal da Rocha (Município da Praia da Vitória)

Vogal: Otília Maria de Sousa Martins (Município da Praia da Vitória)

Relatora: Maria Judite Gomes Parreira (Município da Praia da Vitória)

I – Introdução

O presente Relatório de Gestão e Contas respeita ao exercício de 2021 correspondendo ao vigésimo terceiro ano de atividade da Praia Cultural após a sua constituição em 1998.

A Praia Cultural foi formalmente criada, em 6 de julho de 1998, através de escritura pública que estabeleceu a parceria entre o Município da Praia da Vitória e entidades representativas do setor cultural, tendo os titulares dos seus órgãos sido eleitos em Assembleia Geral realizada no mesmo dia.

As entidades cooperadoras que fundaram a Praia Cultural, além do Município da Praia da Vitória, são: a Filarmónica União Praisense; o Corpo Nacional de Escutas; o Grupo de Teatro Experimental “A Teia”; a Cooperativa de Artesanato de Santa Cruz e o Grupo Folclórico “Fontes da Nossa Ilha”.

Em 2003 foi aceite como cooperante o Orfeão da Praia da Vitória.

Em 2005 a Cooperativa de Artesanato de Santa Cruz foi dissolvida, deixando de ser cooperante.

A 26 de Dezembro de 2018 foi aprovada uma modificação da estrutura-organizacional

O Plano de Atividades e Orçamento a que o presente Relatório respeita foi aprovado pela Assembleia Geral, realizada em 02 de Dezembro de 2020, por unanimidade, com a presença dos representantes do Município da Praia da Vitória, da Filarmónica União Praisense, do Grupo Folclórico “Fontes da Nossa Ilha” e do Orfeão da Praia da Vitória. O Conselho Fiscal, em conformidade com os Estatutos e a legislação aplicável, emitiu parecer positivo, incidindo sobre as propostas elaboradas pela direção, nos prazos legais.

II – Enquadramento das Atividades

No exercício de 2021 assinalam-se as atividades mais relevantes:

Atividades no plano institucional:

Realizaram-se três reuniões de assembleia-geral – A primeira a 26/05/2021, a segunda a 13/07/2021 onde se deliberaram por unanimidade, da qual foi lavradas as respetivas atas e a ultima que terá sido realizado no dia 23/08/2021 em que a exceção do ponto quinto e sexto que foram deliberados por maioria apenas com voto a favor por parte do Município da Praia da vitoria, tendo os restantes cooperantes se absterido.

No plano da estrutura organizacional e do pessoal:

Foi modificada, a estrutura organizacional tendo sido aprovada em 26 de dezembro de 2018 estas mesmas modificações, sendo que estas se mantem a data do presente relatório.

No final do ano de 2021 a Praia Cultural tinha 172 funcionários

Com respeito aos cargos de direção superior manteve-se a composição prevista nos Estatutos, ou seja, um Presidente, um Vice-Presidente, um Tesoureiro, um Secretário e um Vogal, todos não remunerados, sendo que apos eleições os cargos dos órgãos sociais foram alterados na Assembleia Geral de 8 de novembro de 2021.

Sessões Ordinárias da Assembleia da Cooperativa

26 de Maio de 2021

13 de Julho de 2021

23 de Agosto de 2021

8 de Novembro de 2021

3 de Dezembro de 2021

Sessões Ordinárias da Direção

25 de Maio de 2021

04 de Agosto de 2021

17 de Agosto de 2021

13 de Setembro de 2021

25 de Novembro de 2021

02 de Dezembro de 2021

Proposta de Aplicação de Resultados

A direção propõe á Assembleia-Geral que o resultado líquido positivo do exercício, no montante de 216.943,28€ transitem para resultados transitados no montante de 195.248,95€ (90%), para reservas legais no montante de 10.847,16€ (5%) e para reservas para a educação e formação no montante de 10.847,16€ (5%), conforme o Artigo nº 48 dos estatutos da Praia Cultural- cooperativa de Interesse publico e Responsabilidade Lda.

Relatório Anual de Atividades



2021

IV Plano de Atividades

No ano de 2021 foram desenvolvidas um conjunto de Iniciativas, conforme previsto no respetivo plano de atividades.

Índice da Programação por sectores

DEPARTAMENTO DE CULTURA

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, REABILITAÇÃO E PSICOLOGIA

DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL

DEPARTAMENTO DE CULTURA

Este departamento destacou-se em 2021 por desenvolver e produzir atividades culturais de caráter geral no Auditório do Ramo Grande, Academia de Juventude e das Artes da Ilha Terceira bem como em outros espaços culturais de referência do Município da Praia da Vitória. Destacamos as seguintes iniciativas:

Não foram desenvolvidas atividades até 15 de Abril de 2021 devido ao contexto de pandemia.

- 16 de Abril – Concerto “Temporada Artística”: Quinteto Tie and Butterfly;
- 17 de Abril Sessão de Cinema: Pinóquio;
- 18 de Abril: Sessão de Cinema Infantil – O Mundo Secreto dos Dragões;
- 18 de Abril: Lançamento do Selo Postal – “Açores, Riqueza Minha” de Diana Gomes;
- 18 de Abril a 24 de Maio: Exposição “Açores, Riqueza Minha” de Diana Gomes na Academia de Juventude e das Artes da Ilha Terceira;
- 20 de Abril a 30 de Maio: Exposição “Conhecer os Pintores” no foyer do Auditório do Ramo Grande;
- 24 de Abril: Concerto “Abril” com Luís Gil Bettencourt, António Bulcão, Samuel Quedas, Lúcia Moniz e Maria Bettencourt”;
- 25 de Abril: Sessão de Cinema Infantil – O Segredo das Bolachas;
- 30 de Abril e 1 de Maio: Sessão de Cinema – O Melhor ainda está para vir;
- 2 de Maio: Sessão de Cinema Infantil – Um Príncipe em Apuros;
- 8 de Maio: concerto dos Fado Bravo no Auditório do Ramo Grande;
- 9 de Maio: Sessão de Cinema Infantil – Spycies, Agentes Especiais;
- 14 de Maio – Concerto “Temporada Artística”: Myrica Faya;
- 15 de Maio: Moshbit Gammig na Academia de Juventude e das Artes da Ilha Terceira;
- 16 de Maio: Sessão de cinema Infantil - Salma e o Grande Sonho;
- 21 e 22 de Maio: Sessão de Cinema – Nomadland;
- 23 de Maio: Sessão de Cinema – Raya e o Último Dragão;
- 25 de Maio a 9 de Junho: Exposição alusiva ao Dia Mundial da Criança e Dia Mundial da Poesia;
- 29 de Maio: Concerto da Filarmónica União Praise;
- 30 de Maio: Sessão de Cinema Infantil – Tom & Jerry;
- 1 a 14 de Junho: Exposição alusiva aos brinquedos no foyer do Auditório do Ramo Grande;
- 2 de Junho: Sessão de Poesia no foyer do Auditório do Ramo Grande;
- 3 de Junho: Recital de Canto de Maria Pereira;

- 4 de Junho: Sessão de Poesia no Foyer do Auditório do Ramo Grande;
- 5 de Junho: Concerto “Bruno Walter and Friends”;
- 6 de Junho: Espetáculo Infantil “Quarteto Fantástico”
- 12 e 13 de Junho: Peça de Teatro “Plano”;
- 25 de Junho: Recital de Canto de Mariana Sousa.
- 28 de junho: ENCONTRO AGENTES CULTURAIS | AZORES 2027;
- 04 de julho: Espetáculo Infantil “Histórias com Música lá Dentro”;
- 10 de julho: Concerto “Fábio Ourique”;
- 22 de julho: Recital de Violoncelo e Piano – André Gunko;
- 06 de agosto Programa “De Tudo um Pouco”;
- 28 a 30 de setembro – CCRUP;

Departamento de Educação, Reabilitação e Psicologia

Este departamento dedicou-se a desenvolver atividades no âmbito das atividades dos setores sociais de Educação, Reabilitação e Psicologia. Podemos evidenciar as seguintes:

- Projeto “Jovens em Ação”;
- Programa de Orientação Vocacional “Dar o Salto”;
- Apoio psicopedagógico e reabilitação psicomotora;
- Gestão da rede de creches e CATL’s;
- Desenvolvimento do Projeto Lótus;
- Celebração do Dia do Pijama com crianças;
- Planeamento de Atividades da Turma Ocupacional da FOC;
- Apoio psicopedagógico e reabilitação psicomotora;
- Planificação e desenvolvimento de atividades na casa farol;
- Criação Projeto – Cuida +
- Revisão do Caderno de Encargos – Concurso CATL’s
- Revisão do Regulamento Interno e Contrato de Prestação de Serviços dos CATL’s
- Inventário de equipamentos/material dos CATL’s
- Criação Projeto – Universidade Sénior

Departamento de Ação Social

Este sector desenvolveu no período citado diferentes iniciativas que passamos a referir:

- Atendimento ao público;
- Acompanhamento e encaminhamento de situações de carência grave articuladas com outras entidades competentes;
- Reavaliação dos agregados beneficiários do Apoio ao Arrendamento;
- Atualização dos processos relativos às habitações sociais;
- Levantamento de necessidades dos utentes que beneficiam de habitação social;
- Execução de visitas domiciliárias;
- Elaboração e avaliação de candidaturas para apoio ao arrendamento;
- Elaboração e avaliação de candidaturas para o fundo de emergência social;
- Levantamento de situações de habitação degradada;
- Vistorias às habitações sociais e às habitações no âmbito dos processos de Fundo de Emergência Social.
- Acompanhamento na execução de obras de reparação em casas de habitação social (Serra de Santiago – Bairro Novo);
- Acompanhamento e fiscalização de obras realizadas por empreiteiros externos em casas de habitação social.

Relatório Anual de Contas



2021

V Prestação de Contas

Demonstrações financeiras a 31 De dezembro de 2021 e 2020

Índice das demonstrações financeiras

Balanço

Demonstração de resultados por Naturezas

Demonstração dos fluxos de caixa

Anexo

Certificação Legal de Contas

Relatório e parecer do fiscal único

Parecer concelho Fiscal

Atas

Balanço

Entidade: Praia Cultural - Cooperativa de Interesse Público e de Responsabilidade Limitada

Balanço individual em 31 de Dezembro de 2021 e em 31 de Dezembro de 2020

(montantes em euros)

SNC-AP

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2021	31/12/2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	2.923.077,59	3.014.386,65
Propriedades de investimento	7	256.141,44	260.050,08
Ativos intangíveis	8	4.348.424,22	4.440.943,91
Outros ativos financeiros	12	28.805,53	17.249,25
		7.556.448,78	7.732.629,89
Ativo corrente			
Inventários	10	7.939,11	7.503,97
Clientes, contribuintes e utentes	12	6.128,20	17.392,99
Estado e outros entes públicos	22	5.563,90	0,00
Outras contas a receber	12; 22	468.405,79	522.129,10
Diferimentos	13	11.723,50	10.619,37
Caixa e depósitos	5	34.681,10	35.952,53
		534.441,60	593.597,96
Total ativo		8.090.890,38	8.326.227,85
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital	14	1.140.715,00	1.140.715,00
Reservas		12.556,42	12.556,42
Resultados transitados		(1.084.343,49)	(1.089.270,97)
Outras variações no Património Líquido		2.113.969,26	2.173.449,75
Resultado líquido do período	9	216.943,28	4.927,48
Total do Património Líquido		2.399.840,47	2.242.377,68
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	15	4.625.738,40	4.979.647,82
		4.625.738,40	4.979.647,82
Passivo corrente			
Fornecedores	15	126.163,28	226.688,29
Estado e outros entes públicos	22	76.234,93	77.579,89
Financiamentos obtidos	15	502.249,63	510.869,35
Outras contas a pagar	22	360.663,67	289.064,82
		1.065.311,51	1.104.202,35
Total do Passivo		5.691.049,91	6.083.850,17
Total do Património Líquido e do Passivo		8.090.890,38	8.326.227,85

A Direção

Paula Cristy Borges de Sousa
 Ricardo Tral
 M. P. L. C.

O Contabilista Certificado

Jose Manuel Man de Alencar Souza

Demonstração de resultados por Naturezas

Entidade: Praia Cultural - Cooperativa de Interesse Público e de Responsabilidade Limitada
Demonstração dos Resultados por Naturezas individual
do período findo em 31 de Dezembro de 2021 e em 31 de Dezembro de 2020
(montantes em euros)
SNC-AP

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas	20	238.017,65	35.559,13
Prestações de serviços	20	69.929,13	44.200,18
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	20	4.025.055,70	3.118.765,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	(117.180,86)	(23.542,31)
Fornecimentos e serviços externos	16	(529.338,08)	(640.229,33)
Gastos com o pessoal	17	(2.575.147,84)	(2.066.066,62)
Inparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		(386.260,15)	0,00
Cutros rendimentos e ganhos	22	72.186,29	308.888,27
Cutros gastos e perdas	22	(190.743,84)	(395.592,23)
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento		606.518,00	381.982,09
Gastos/reversões de depreciação e amortização	18	(201.930,90)	(174.767,31)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		404.587,10	207.214,78
Juros e gastos similares suportados	19	(158.328,10)	(191.122,05)
Resultado antes de impostos		246.259,00	16.092,73
Imposto sobre o rendimento	9	(29.315,72)	(11.165,25)
Resultado líquido do período		216.943,28	4.927,48

A Direção

O Contabilista Certificado

Paula Brito/Borges de Sousa
 Ricardo Costa
 M. P. C.
 M. P. C.

Jose Manuel Mendes Alves Sousa

Demonstração Individual das alterações no património líquido

Entidade: Praia Cultural - Cooperativa de Interesse Público e de Responsabilidade Limitada

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO, EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Montantes expressos em Euros)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade-mãe					Total	Interesses minoritários	Total do património líquido
		Capital/ Património Realizado	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período			
6 POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO ALTERAÇÕES NO PERÍODO		1.140.715,00	12.556,42	(1.091.648,83)	2.227.081,72	2.377,86	2.291.082,17	2.291.082,17	
Aplicação do resultado do período									
Realização subsídios ao investimento				2.377,86	(53.631,97)	(2.377,86)	0,00	(53.631,97)	0,00
7 RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO				2.377,86	(53.631,97)	(2.377,86)		(53.631,97)	
8 RESULTADO INTEGRAL		0,00	0,00			4.927,48	4.927,48	4.927,48	4.927,48
9=7+8 OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO Outras operações						4.927,48	4.927,48	4.927,48	0,00
11=6+7+8+10 POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO		1.140.715,00	12.556,42	(1.089.270,97)	2.173.449,75	4.927,48	2.242.377,68	2.242.377,68	0,00

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO, EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

DESCRIÇÃO	NOTAS	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade-mãe					Total	Interesses minoritários	Total do património líquido
		Capital/ Património Realizado	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período			
1 POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO ALTERAÇÕES NO PERÍODO		1.140.715,00	12.556,42	(1.089.270,97)	2.173.449,75	4.927,48	2.242.377,68	2.242.377,68	
Aplicação do resultado do período									
Outras alterações no capital próprio				4.927,48	(59.480,49)	(4.927,48)	0,00	(59.480,49)	0,00
2 RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO				4.927,48	(59.480,49)	(4.927,48)		(59.480,49)	
3 RESULTADO INTEGRAL		0,00	0,00			216.943,28	216.943,28	216.943,28	0,00
4=2+3 OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO Outras operações						216.943,28	216.943,28	216.943,28	0,00
5 POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO		1.140.715,00	12.556,42	(1.084.343,49)	2.113.969,26	216.943,28	2.399.840,47	2.399.840,47	0,00

Paula Ingrid Borges da Silva
Ricarda Trindade

A Direção

[Handwritten signature]

O Contabilista Certificado

Jose Manuel Marmelero de Almeida

Demonstração dos fluxos de caixa

Praia Cultural - Cooperativa de Interesse Público e de Responsabilidade Limitada

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA

DO EXERCÍCIO FINDO EM 30 DE DEZEMBRO DE 2021 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Montantes expressos em euros)

	Notas	2021	2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		319.098,16	92.982,52
Pagamentos a fornecedores		(745.354,82)	(930.007,65)
Pagamentos ao pessoal		(2.495.917,26)	(1.975.426,00)
Caixa gerada pelas operações		(2.922.173,92)	(2.812.451,13)
Outros recebimentos / pagamentos		3.810.657,31	2.963.305,23
Fluxos das actividades operacionais [a]		888.483,39	150.854,10
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(357.341,30)	(24.218,70)
Propriedades de Investimento		-	(10.864,39)
Investimentos financeiros		(11.556,28)	(10.436,16)
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		-	245.911,85
Activos intangíveis		-	200,00
Fluxos das actividades de investimento [b]		(368.897,58)	200.592,60
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		9.855,79	150.014,30
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(373.335,69)	(291.303,23)
Juros e gastos similares		(157.377,34)	(190.148,33)
Fluxos das actividades de investimento [c]		(520.857,24)	(331.437,26)
Varição de caixa e seus equivalentes [a+b+c]		(1.271,43)	20.009,44
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	5	35.952,53	15.943,09
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5	34.681,10	35.952,53
		(1.271,43)	20.009,44

A Direção

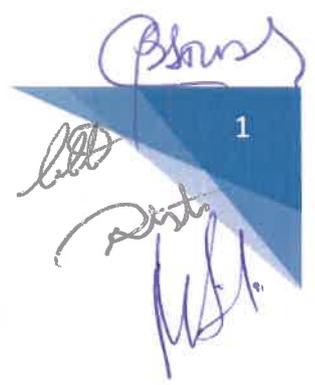
O Contabilista Certificado

Jose Manuel Mendes Almeida

Paulo Cristóvão Borges de Sousa
 Paulo Cristóvão Borges de Sousa
 Paulo Cristóvão Borges de Sousa

Anexo

Mapas financeiros



Praia Cultural – C.I.P.R.L.

ANEXO

(Montantes expressos em euros)

1 NOTA INTRODUTÓRIA

A Praia Cultural é uma cooperativa de interesse público, de acordo com o artigo 6º do Código Cooperativo e com o Decreto-Lei nº 31/84, de 21 de Janeiro, de responsabilidade limitada e sem fins lucrativos, que tem a sua sede social na Rua Serpa Pinto nº 62, Praia da Vitória, e que tem como objeto principal a criação, difusão, dinamização e animação cultural no espaço concelhio, através de todas as formas de manifestação das tradições culturais características do concelho, bem como de outras iniciativas que promovam o seu desenvolvimento cultural, designadamente no campo da música, teatro, artes plásticas, literatura e audiovisual e criação de espaços e equipamentos culturais.

A Praia Cultural tem também por objeto a prestação de serviços na referida área.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade de operações, a partir dos registos contabilísticos da Cooperativa e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de dezembro (com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 85/2016, de 21 de dezembro) e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para entidade.

Estas demonstrações financeiras refletem as contas individuais da Empresa, preparadas nos termos legais para aprovação em Assembleia Geral.

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da Empresa, foram utilizadas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas ("SNC-AP"), antes referidas, em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação.

O conjunto dos normativos que integram o SNC-AP foi utilizado pela primeira vez em 2020 para elaboração de demonstrações financeiras completas, passando a constituir o referencial de base para os períodos subsequentes.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Empresa e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das

Blaise
2
Lello
Pitt
M

demonstrações financeiras previstas na NCP 1, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respetivos montantes em Euros.

3 ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DO SNC-AP – DIVULGAÇÃO TRANSITÓRIA

Até 31 de Dezembro de 2018, a Cooperativa elaborou, aprovou e publicou, para efeito do cumprimento da legislação comercial vigente, demonstrações financeiras de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal até àquela data, vertidos no SNC, Diretrizes Contabilísticas e demais legislação complementar. A entidade passou a estar enquadrada no normativo acima descrito, no ponto 2.1.

As reclassificações efetuadas com efeito a 1 de janeiro de 2019, data de transição, foram efetuadas de acordo com as disposições da NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das normas contabilísticas e de relato financeiro.

O efeito dos ajustamentos relacionados com a adoção das NCRF, reportado a 1 de janeiro de 2009, foi registado em resultados transitados, conforme estabelecido na NCRF 3.

A entidade, quanto a este respeito, considerou o que consta no artigo 14 do Decreto-Lei n. 192/2015, de 11 de dezembro, (com a redação dada pelo Decreto-Lei 85/2016, de 21 de dezembro), o qual teve em consideração as orientações constantes da IPSAS 33 s IPSAS e da Norma Contabilística e de Relato Financeiro 3 do SNC.

4 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

4.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade, de acordo com as Normas de Contabilidade Pública.

4.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2009, encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual corresponde ao custo de aquisição, ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal até aquela data, deduzido das depreciações acumuladas e de perdas por imparidade.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e de perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes, numa base anual/duodécimos, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Bem	Anos
Edifícios e outras construções	8 - 80
Equipamento básico	3 - 20
Equipamento de transporte	4 - 10
Equipamento administrativo	3 - 16
Outros ativos fixos tangíveis	4 - 16

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registados como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível, é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber, e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

4.3 Propriedades de investimento

A Cooperativa classifica como propriedades de investimento os imóveis (terrenos ou edifícios ou parte de um edifício ou ambos) detidos para obter rendas e/ou para valorização do capital.

As propriedades de investimento são mensuradas inicialmente pelo seu custo de aquisição ou produção, incluindo os custos de transação que lhe sejam diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, as propriedades de investimento são mensuradas pelo modelo do custo deduzido das depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações das propriedades de investimento são calculadas segundo o método da linha reta, após a dedução do seu valor residual, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

Bem	Anos
Edifícios e outras construções	80

Os custos subsequentes com as propriedades de investimentos só são adicionados ao custo do ativo se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros acrescidos face aos considerados no reconhecimento inicial.

4.4 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são registrados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

4.5 Imparidade de ativos fixos tangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da Cooperativa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registrada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registrado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registrada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registrada.

4.6 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registrados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registrados diretamente no capital próprio. Nestes casos os impostos diferidos são igualmente registrados no capital próprio.

O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) a Cooperativa tem um direito legal de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais ativos e passivos se relacionam com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal e (iii) a Cooperativa tem a intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

O imposto corrente ou imposto diferido deve ser debitado ou creditado diretamente ao capital próprio se o imposto se relacionar com itens que sejam debitados ou creditados, no mesmo ou num diferente período, diretamente ao capital próprio.

4.7 Inventários

Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença.

O método de custeio dos inventários adotado pela Cooperativa é o custo médio.

4.8 Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Cooperativa cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. No caso de o subsídio estar relacionado com ativos não depreciables e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Os subsídios do Governo reembolsáveis são contabilizados como passivos.

Os subsídios relacionados com rendimentos (por exemplo, para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar deficits de exploração) são reconhecidos como rendimentos do próprio exercício, exceto nos casos em que se destinem a financiar deficits de exploração de exercícios futuros, caso em que imputam aos referidos exercícios.

4.9 Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a entidade é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

4.10 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O rédito reconhecido não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com os serviços prestados.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação/serviço à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

Blouse
7

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Cooperativa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Cooperativa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

4.11 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Os encargos financeiros que são reconhecidos como gasto de acordo com o regime de acréscimo, exceto nos casos em que estes encargos sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso ou para a sua venda estejam concluídas.

4.12 Dívidas de Terceiros

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica "Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)", de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Empresa tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula.

4.13 Financiamentos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime de acréscimo. A parcela do

juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é adicionada ao valor contabilístico dos empréstimos caso não sejam liquidados durante o período.

Sempre que existe direito de cumprimento obrigatório de compensar ativos e passivos e a Direção pretenda liquidar, numa base líquida, os mesmos são compensados, e apresentados no balanço pelo seu montante líquido.

4.14 Fornecedores e Dívidas a Terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas pelo seu valor nominal.

4.15 Uso de estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

4.16 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço ("non adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

5 FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes (inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

Handwritten signature and number 9 in a blue box.

O Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 conforme se seguem:

Descrição	2021	2020
Caixa	5 407,55	1 799,80
Depósitos à ordem	29 273,55	34 152,73
Total	34 681,10	35 952,53

6 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, os movimentos ocorridos nas quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, foram os seguintes:

Ativo Bruto

	Saldo em 01/01/2020	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Correções e Transf.	Saldo em 31/12/2020	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Correções e Transf.	Saldo em 31/12/2021
Terrenos e recursos naturais	29 518,86	-	-	-	29 518,86	-	-	-	29 518,86
Edifícios e outras construções	3 689 015,57	-	-	-	3 689 015,57	-	-	-	3 689 015,57
Equipamento básico	1 748 845,03	20 833,36	(633 150)	-	1 136 528,39	6 756,64	-	-	1 143 285,03
Equipamento de transporte	36 250,00	-	(19 750,00)	-	16 500,00	-	-	-	16 500,00
Equipamento administrativo	84 536,20	3 385,34	-	-	87 921,54	13 371,76	-	-	101 293,30
Equipamentos biológicos	13 250	-	-	-	13 250,00	-	(13 250,00)	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	46 459,88	-	-	-	46 459,88	-	-	-	46 459,88
	5 647 875,54	24 218,70	(652 900,00)	-	5 019 194,24	20 128,40	(13 250,00)	-	5 026 072,64

Depreciações Acumuladas

	Saldo em 01/01/2020	Aumentos	Abates e Alienações	Correções e Transf.	Saldo em 31/12/2020	Aumentos	Abates e Alienações	Correções e Transf.	Saldo em 31/12/2021
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	691 690,35	46 112,70	-	-	737 803,05	73 780,30	-	-	811 583,35
Equipamento básico	1 727 812,49	26 963,65	(633 150)	-	1 121 626,14	12 308,23	-	-	1 133 934,37
Equipamento de transporte	26 666,66	2 500,00	(19 750,00)	-	9 416,66	2 499,98	-	-	11 916,64
Equipamento administrativo	83 463,73	1 649,70	-	-	85 113,43	14 341,55	-	-	99 454,98
Equipamentos biológicos	4 140,63	1 656,25	-	-	5 796,88	1 518,23	(7 315,11)	-	0,00
Outros ativos fixos tangíveis	42 500,40	2 551,03	-	-	45 051,43	1 054,28	-	-	46 105,71
	2 576 274,26	81 433,33	(652 900,00)	-	2 004 807,59	105 502,57	(7 315,11)	-	2 102 995,05
Valor líquido	3 071 601,28				3 014 386,65				2 923 077,59

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método da linha reta durante a vida útil estimada (Nota 4.2).

7 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, os movimentos ocorridos nas quantias escrituradas em Propriedades de Investimento, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foram os seguintes:

	Ativo Bruto					
	Saldo em 01/01/2020	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Correções e Transf.	Saldo em 31/12/2020	Saldo em 31/12/2021
Terrenos e recursos naturais	65 432,20	-	-	-	65 432,20	65 432,20
Edifícios e outras construções	195 432,19	-	-	-	195 432,19	195 432,19
	260 864,39	-	-	-	260 864,39	260 864,39
Depreciações Acumuladas						
	Saldo em 01/01/2020	Aumentos	Abates e Alienações	Correções e Transf.	Saldo em 31/12/2020	Saldo em 31/12/2021
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	814	-	-	-	814,31	4 722,95
	814,31	-	-	-	814,31	4 722,95
Valor líquido	260 050,08				260 050,08	256 141,44

As propriedades de investimento são depreciadas de acordo com o método da linha reta durante a vida útil estimada (Nota 4.3).

Plausa
Leila
W.S.

8 ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, os movimentos ocorridos nas quantias escrituradas dos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foram os seguintes:

	Ativo Bruto					
	Saldo em 01/01/2020	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Correções e Transf.	Saldo em 31/12/2020	Saldo em 31/12/2021
Outros ativos Intangíveis	4 625 983,25	-	-	-	4 625 983,25	4 625 983,25
	4 625 983,25				4 625 983,25	4 625 983,25
	Amortizações Acumuladas					
	Saldo em 01/01/2020	Aumentos	Abates e Alienações	Correções e Transf.	Saldo em 31/12/2020	Saldo em 31/12/2021
Outros ativos Intangíveis	92 519,67	92 519,67	-	-	185 039,34	277 559,03
	92 519,67	92 519,67			185 039,34	277 559,03
Valor líquido	4 533 463,58				4 440 943,91	4 348 424,22

Os ativos intangíveis são amortizados de acordo com o método da linha reta durante a vida útil estimada (Nota 4.4).

Handwritten signatures and initials:
 B. Basso
 G. Basso
 R. Basso
 M. Basso

9 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Cooperativa dos anos de 2018 a 2021 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

A Direção da Cooperativa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras.

A Praia Cultural é uma entidade sem fins lucrativos, no entanto encontra-se abrangida pelo Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC). A Cooperativa encontra-se sujeita à Tributação Autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no CIRC, estando estas taxas sujeitas a uma redução de 30% (20% no período de 2020) de acordo com a legislação em vigor na Região Autónoma dos Açores.

APURAMENTO DO LUCRO TRIBUTÁVEL	2021	2020
Resultado Líquido do Período	216 916,43	4 927,48
Acresce		
Gastos de períodos anteriores	-	245,54
IRC (incluindo as tributações autónomas, e outros impostos que direta ou indiretamente incidam sobre os lucros)	29 342,57	11 165,25
Perdas por imparidade	387 597,75	-
Gastos não aceites fiscalmente	33 903,89	199 745,05
Encargos com combustíveis	244,11	-
Deduz		
Excesso de estimativa para impostos	(7 510,21)	-
Lucro Tributável	660 494,54	216 083,32
Prejuízos fiscais dedutíveis	(462 346,18)	(151 258,32)
Matéria Coletável	198 148,36	64 825,00
Imposto Imputável à RAA (14,7% / 16,8% * Lucro Tributável) (+)	29 127,81	10 890,60
Pagamento por conta (dedução no IRC a pagar) (-)	-6 150,00	-5 844,00
Tributações Autónomas (+)	187,91	274,65
TOTAL A PAGAR	23 165,72	5 321,25

10 INVENTÁRIOS

Em dezembro de 2021 e em dezembro de 2020, os inventários da Cooperativa apresentavam os seguintes valores:

	Inventários						
	Inventário em 01/01/2020	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31/12/2020	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31/12/2021
Matérias primas e consumíveis	-	235,39	-	-	22,86	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-	-
Produtos acabados	-	-	-	-	-	-	-
Mercadorias	5 463,24	25 347,65	-	7 503,97	117 593,14	-	7 939,11
	5 463,24	25 583,04	-	7 503,97	117 616,00	-	7 939,11
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				23 542,31			117 180,86
Variações nos inventários da produção				-			-

Blouse
hla
Rth
W.

11 MATÉRIAS AMBIENTAIS

Os ativos de carácter ambiental foram todos adquiridos em exercícios anteriores, estando valorizados ao seu custo histórico. Não existem passivos desta natureza, efetivos ou potenciais, nem quaisquer riscos que justifiquem a constituição de provisões específicas.

12 ATIVOS FINANCEIROS

Cientes e outras contas a receber

Em dezembro de 2021 e em dezembro de 2020, as contas de clientes e de outras contas a receber da Cooperativa, apresentavam a seguinte composição:

	Clientes					
	Quantia Nominal		Imparidade		Valor líquido	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Cientes Correntes						
Saldos não vencidos	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00
Saldos vencidos:						
Até 180 dias	1 019,96	0,00	-	-	1 019,96	0,00
De 180 a 360 dias	90,00	3 277,95	-	-	90,00	3 277,95
Mais de 360 dias	5 018,24	14 115,04	-	-	5 018,24	14 115,04
Cientes de Cobrança Duvidosa						
	6 128,20	17 392,99	-	-	6 128,20	17 392,99

Outras Contas a Receber

	2021	2020
Adiantamentos e outras operações com o pessoal	65,75	6,87
Devedores por acréscimo de rendimentos		
Outros acréscimos de rendimentos	0,00	138 125,00
Outros Devedores	468 340,04	383 997,23
	468 405,79	522 129,10

Investimentos Financeiros

Em dezembro de 2021 e em dezembro de 2020, as contas de investimentos financeiros apresentavam a seguinte composição:

Investimentos Financeiros	2021	2020
Fundo de Compensação do Trabalho	28 805,53	17 249,25
TOTAL	28 805,53	17 249,25

13 DIFERIMENTOS ATIVOS

Em dezembro de 2021 e em dezembro de 2020 as rubricas do ativo corrente "Diferimentos" apresentavam a seguinte composição:

Diferimentos Ativos

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Diferimento de gastos		
Outros gastos diferidos	11 723,50	10 619,37
	<u>11 723,50</u>	<u>10 619,37</u>

14 CAPITAL PRÓPRIO

Em dezembro de 2021, o capital subscrito é detido pelos seguintes *Cooperantes*:

Entidades	Nº de Títulos	%	Valor €
Município da Praia da Vitória	222.119	97,36%	1.110.595,00
Filarmónica União Praisense	5.918	2,59%	29.590,00
Corpo Nacional de Escutas	50	0,02%	250,00
Grupo de Teatro Experimental "A Teia"	3	0,00%	15,00
Grupo Folclórico Fontes da Nossa Ilha	3	0,00%	15,00
Orfeão da Praia da Vitória	50	0,02%	250,00
Total	228.143	100%	1.140.715,00

15 PASSIVOS FINANCEIROS

Em dezembro de 2021 e em dezembro de 2020 as rubricas de "Fornecedores" e de "Financiamentos Obtidos" apresentavam a seguinte composição:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Fornecedores, Conta Corrente	126 163,28	226 688,29
	<u>126 163,28</u>	<u>226 688,29</u>

Empréstimos de Instituições de Crédito:	Entidade financiadora:	2021		2020		Vencimento
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	
00-032202329 01/44	Santander	44 454,96	0,00	59 273,16	44 454,96	2022
0007/29066000000	CEMAH	202 567,26	4 130 886,47	194 861,36	4 335 517,06	2038
Custo amortizado		-924,90	-8 692,88	-950,76	-9 617,78	2038
Conta Cauionada	NB Açores	150 000,00	0,00	150 000,00	0,00	
NB 250.000€	NB Açores	83 857,26	64 337,96	81 707,37	148 195,22	
CEMAH 511.500€	CEMAH	22 295,05	439 206,85	25 963,92	461 098,36	
Outros	CEMAH	0,00	0,00	14,30	0,00	
	Total	502 249,63	4 625 738,40	510 869,35	4 979 647,82	

16 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos" nos exercícios findos em dezembro de 2021 e em dezembro de 2020 é detalhada conforme se segue:

PLANO DE CONTAS		Totais Anuais	
N.	DESCRIÇÃO	2021	2020
621	Subcontratos	0,00	145 692,52
6211	Despesas com Subcontratos	0,00	145 692,52
622	Serviços especializados	224 115,01	146 161,98
6221	Trabalhos especializados	13 731,59	15 304,80
6222	Publicidade e propaganda	482,41	4 472,80
6223	Vigilância e segurança	9 969,22	4 237,36
6224	Honorários	169 065,17	91 663,72
6225	Comissões	160,93	803,84
6226	Conservação e reparação	25 636,74	27 281,84
6228	Outros	5 068,95	2 397,62
623	Materiais	48 622,49	75 955,54
6231	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	23 440,90	10 803,00
6233	Material de escritório	8 483,09	6 865,22
6234	Artigos para oferta	10 510,27	3 633,63
6238	Outros	6 188,23	54 653,69
624	Energia e fluidos	53 122,83	38 801,08
6241	Electricidade	42 117,51	31 898,48
6242	Combustíveis	9 546,45	5 432,28
6243	Água	1 458,87	1 470,32
625	Deslocações, estadas e transportes	20 533,59	38 485,96
6251	Deslocações e estadas	12 842,40	24 658,13
6252	Transportes de pessoal	1 019,30	4 190,00
6253	Transportes de mercadorias	3 759,89	8 284,43
6254	Transportes de material	2 912,00	1 353,40
626	Serviços diversos	182 944,16	195 132,25
6261	Rendas e alugueres	101 279,29	92 245,67
6262	Comunicação	16 865,93	17 609,76
6263	Seguros	8 429,10	6 952,99
6264	Royalties	15,40	13,30
6265	Contencioso e notariado	658,48	97,00
6267	Limpeza, higiene e conforto	3 852,37	5 559,55
6268	Outros serviços	51 843,59	72 653,98
62	TOTAL	529 338,08	640 229,33

17 GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos dezembro de 2021 e em dezembro de 2020 é detalhada conforme se segue:

PLANO DE CONTAS		Totais Anuais	
N.	DESCRIÇÃO	2021	2020
632	Remunerações do pessoal	2 116 610,41	1 706 178,05
634	Indemnizações	825,75	0,00
635	Encargos sobre remunerações	422 747,98	338 734,29
636	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	29 743,70	21 038,51
638	Outros gastos com o pessoal	5 220,00	115,77
63	TOTAL	2 575 147,84	2 066 066,62

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 o número médio de colaboradores ascendia a 170 e 145, respetivamente.

18 DEPRECIAÇÕES

A decomposição da rubrica de "Gastos / Reversões de Depreciação e de Amortização" nos exercícios findos em dezembro de 2021 e em dezembro de 2020 é conforme se segue:

PLANO DE CONTAS		Totais Anuais	
N.	DESCRIÇÃO	2021	2020
641	Propriedades de investimento	3 908,64	814,31
642	Ativos fixos tangíveis	105 502,57	81 433,33
643	Ativos intangíveis	92 519,69	92 519,67
64	TOTAL	201 930,90	174 767,31

19 JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os gastos e perdas de financiamento, reconhecidos no decurso dos exercícios findos dezembro de 2021 e em dezembro de 2020, são detalhados conforme se segue:

PLANO DE CONTAS		Totais Anuais	
N.	DESCRIÇÃO	2021	2020
691	Juros de financiamentos	158 328,10	191 122,05
69	TOTAL	158 328,10	191 122,05

Alguém
19
Alguém

20 RÉDITO

A rubrica de “Vendas e Prestações de Serviços” nos exercícios findos em dezembro de 2021 e em dezembro de 2020, é detalhada conforme se segue:

PLANO DE CONTAS		Totais Anuais	
N.	DESCRIÇÃO	2021	2020
71	Vendas	238 017,65	35 559,13
711	Mercadorias	240 602,82	38 505,39
71203	Livros e documentação técnica	0,00	19,23
717	Devoluções de vendas	-2 585,17	-2 965,49
72	Prestação de serviços	69 929,13	44 200,18
7202	Serviços específicos do setor da educação	0,00	711,90
7203	Serviços específicos das autarquias locais	58 016,21	38 541,06
7211	Serviço B - Alugueres	10 980,72	4 703,38
7205	Serviços Secundários	932,20	243,84
71 + 72	TOTAL	307 946,78	79 759,31

A rubrica “Subsídios à Exploração” que inclui os donativos, nos exercícios findos em dezembro de 2021 e em dezembro de 2020, é detalhada conforme se segue:

PLANO DE CONTAS		Totais Anuais	
N.	DESCRIÇÃO	2021	2020
751	Subsídios do Estado e outros entes públicos	45 055,70	0,00
752	Subsídios de outras entidades	3 980 000,00	3 118 765,00
75	TOTAL	4 025 055,70	3 118 765,00

21 SUBSÍDIOS DO GOVERNO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A 31 de dezembro de 2021 e a 31 de dezembro de 2020, a Cooperativa reconheceu nas suas demonstrações financeiras os seguintes subsídios do Governo:

DESCRIÇÃO DO SUBSÍDIO	NATUREZA	CAPITAIS PRÓPRIOS	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
		31/12/2021	31/12/2021
<i>Ao Investimento</i>			
Construção do Auditório	Não reembolsável	2 105 949,89	57 519,34
Aquisição da Máquina de Projeção Digital	Não reembolsável	2 825,44	1 961,15
Material desportivo	Não reembolsável	5 193,93	5 193,93
TOTAL		2 113 969,26	64 674,42
<i>À Exploração</i>			
Contrato programa CMPV	Não reembolsável	-	3 980 000,00
Outros apoios	Não reembolsável	-	45 055,70
TOTAL		-	4 025 055,70

DESCRIÇÃO DO SUBSÍDIO	NATUREZA	CAPITAIS PRÓPRIOS	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
		31/12/2020	31/12/2020
<i>Ao Investimento</i>			
Construção do Auditório	Não reembolsável	2 152 400,03	39 195,79
Aquisição da Máquina de Projeção Digital	Não reembolsável	8 431,39	5 605,95
Renovação do Estúdio de Gravação	Não reembolsável	5 749,22	1 961,12
Renovação do Estúdio de Gravação	Não reembolsável	6 869,11	6 869,11
TOTAL		2 173 449,75	53 631,97
<i>À Exploração</i>			
Contrato programa CMPV	Não reembolsável	-	2 943 000,00
Outros apoios	Não reembolsável	-	175 765,00
TOTAL		-	3 118 765,00

22 OUTRAS INFORMAÇÕES

22.1 Estado e Outros Entes Públicos

O detalhe da rubrica de “Estado e Outros entes Públicos” em 31 de dezembro de 2021 é o seguinte:

A RECEBER	2021	2020
IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado	5 563,90	0,00
TOTAL	5 563,90	0,00
A PAGAR	2021	2020
IRS - Retenção de Impostos a Terceiros	8 855,54	4 834,94
IRC - a pagar	23 165,72	5 321,25
IRC - Pagamento por conta	-6 150,00	-5 844,00
IRC - estimativa	29 315,72	11 165,25
IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado	0,00	31 284,49
IVA reembolsos pedidos	0,00	-6 091,67
IVA a pagar	0,00	37 376,16
Contribuições Sociais (inclui Seg. Social/CGA)	44 213,67	36 139,21
TOTAL	76 234,93	36 139,21

22.2. Outras dívidas a pagar e outros créditos a receber

As rubricas “Outras Contas a Receber” e “Outras Contas a Pagar” nos exercícios findos em dezembro de 2021 e em dezembro de 2020 é detalhada conforme se segue:

Outros Contas a Receber	2021	2020
<i>Devedores</i>		
Outros acréscimos de rendimentos	0,00	138 125,00
Outros devedores	854 665,94	384 004,10
Perdas por imparidade acumuladas	-386 260,15	0,00
TOTAL	468 405,79	522 129,10

Outras Contas a Pagar	2021	2020
<i>Credores por Acréscimos</i>		
Remunerações a liquidar	341 173,75	282 926,35
Outros acréscimos de gastos	19 466,01	5 374,29
<i>Credores</i>		
Outros credores	23,91	764,18
TOTAL	360 663,67	289 064,82

22.3 Outros Rendimentos e Ganhos

O detalhe da rubrica de “Outros Rendimentos e Ganhos” no exercício findo em dezembro de 2021 e em dezembro de 2020 é o seguinte:

22

PLANO DE CONTAS		Totais Anuais	
N.	DESCRIÇÃO	2021	2020
781	Rendimentos suplementares	1,66	24,39
787	Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	0,00	254 437,29
788	Outros	72 184,63	54 426,59
7881	Correções relativas a períodos anteriores	4 304,30	0,00
7882	Excesso de estimativa para impostos	3 205,91	0,00
7883	Imputação de subsídios para investimentos	64 674,42	53 631,97
7888	Outros não especificados	0,00	794,62
78	TOTAL	72 186,29	308 888,27

22.4 Outros Gastos e Perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” tem no exercício findo em dezembro de 2021 e em dezembro de 2020 a seguinte composição:

PLANO DE CONTAS		Totais Anuais	
N.	DESCRIÇÃO	2021	2020
681	Impostos	5 577,76	5 027,76
6812	Impostos indiretos	530,00	0,00
6813	Taxas	5 047,76	5 027,76
684	Perdas em inventários *	1 337,60	0,00
6842	Quebras	1 337,60	0,00
687	Gastos e perdas em investimentos não financeiros	5 934,89	0,00
6873	Abates	5 934,89	0,00
688	Outros *	177 893,59	390 564,47
6881	Correções relativas a períodos anteriores	149 874,59	190 734,42
6882	Donativos	27 875,00	198 553,84
6883	Quotizações	50,00	85,00
6888	Outros não especificados	94,00	1 191,21
	TOTAL	190 743,84	395 592,23

22.5. Outras informações

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2021, o vírus Covid-19 teve um impacto negativo na economia global. A sua disseminação a nível global fez com que a OMS decretasse situação pandémica, levando vários países, incluindo Portugal, a impor o confinamento geral da população, o que estagnou vários sectores económicos e, consequentemente, a economia desses países.

Apesar do sucessivo aparecimento de novas variantes, prevê-se que a situação pandémica provocada pelo vírus Covid-19 evolua favoravelmente durante o ano 2022.

A Direção irá continuar a monitorizar a ameaça e as suas implicações no negócio e a facultar toda a informação necessária aos seus Cooperadores.

23 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Ao nível geopolítico existem diversos elementos de risco a considerar. A eventual escalada entre a China continental e Taiwan na Ásia central, bem como as tensões entre a Rússia, a Ucrânia e a NATO.

A Direção está vigilante quanto à evolução da tensão entre a Rússia, Ucrânia e a NATO, e do seu impacto tanto na sua atividade, como na dos seus parceiros, estando igualmente atenta às medidas que têm vindo a ser tomadas pelo Governo, mantendo a melhor atenção a todas as implicações e disponibilizando toda a informação necessária.

24 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

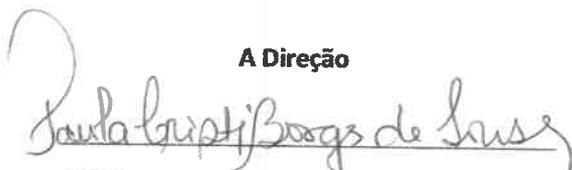
Em cumprimento do disposto no artigo 210.º do Código Contributivo, declara-se que a Cooperativa Praia Cultural não tem dívidas vencidas à Segurança Social.

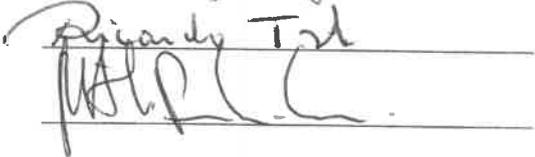
Mais se informa que a Cooperativa não tem quaisquer dívidas em situação de mora ao Estado e Outros Entes Públicos.

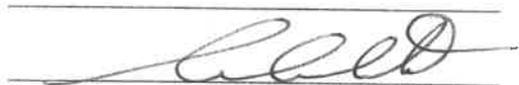
Durante o exercício de 2021 foram faturados pela Sociedade de Revisores de Contas "Santos Vaz, Trigo de Morais & Associados, SROC, Lda." o valor de 8.474,64€ (acresce IVA) relativo à revisão legal das contas.

Praia da Vitória, 28 de março de 2022

A Direção







O Contabilista Certificado



Certificação Legal de contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Praia Cultural – Cooperativa de Interesse Público e de Responsabilidade Limitada (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 8.090.890,38 euros e um total de património líquido de 2.399.840,47 euros, incluindo um resultado líquido de 216.943,28 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, e as notas explicativas às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Praia Cultural – Cooperativa de Interesse Público e de Responsabilidade Limitada, em 31 de dezembro de 2021, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com SNC-AP;
- elaboração do relatório de atividades nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

www.hlb.svtm.pt

Rua da Alegria, 785 – E14 | 4000-047 PORTO – Portugal

TLF: +351 22 903 93 71/2 TLM: +351 93 903 93 71 EMAIL: geral@hlb.svtm.pt

INSCRITA NA OROC SOB O N.º 155 E NA CMVM SOB O N.º 20161465 – CAPITAL SOCIAL € 10.000,00 – NIPC 504 096 664

Santos Vaz, Trigo de Moraes & Associados, SRCO, Lda, pertence à rede de entidades membros da HLB International Limited, cada um das quais é uma entidade legal autónoma e independente.



- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

www.hlb.svtm.pt

Rua da Alegria, 785 – E14 | 4000-047 PORTO – Portugal

TLF: +351 22 903 93 71/2 TLM: +351 93 903 93 71 EMAIL: geral@hlab.svtm.pt

INSCRITA NA OROC SOB O N.º 155 E NA CMVM SOB O N.º 20161465 – CAPITAL SOCIAL € 10.000,00 – NIPC 504 096 664

Santos Vaz, Trigo de Moraes & Associados, SRCC, Lda, pertence à rede de entidades membros da HLB International Limited, cada um das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditamos as demonstrações orçamentais anexas da entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 4.316.720,42 euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 3.571.039,04 euros) e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

O órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre o relatório de atividades

Em nossa opinião, o relatório de atividades foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e demonstrações orçamentais, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 28 de março de 2022


Santos Vaz, Trigo de Morais & Associados, SROC, Lda.
Representada por João Manuel Trigo de Morais, ROC N.º 881

Relatório e Parecer do Fiscal Único

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

À Direção da
Praia Cultural – Cooperativa de Interesse Público e de Responsabilidade Limitada

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Praia Cultural – Cooperativa de Interesse Público e de Responsabilidade Limitada (a Entidade), relativos ao período findo em 31 de dezembro de 2021, os quais são da responsabilidade da Direção da Entidade.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade da Entidade, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido da Direção e dos diversos serviços da Entidade as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de dezembro de 2021, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa do período findo naquela data e o correspondente anexo. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, que não inclui reservas nem ênfases.

Face ao exposto, somos de opinião que as demonstrações financeiras supra referidas e o relatório de gestão, bem como a proposta nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

Desejamos ainda manifestar à Direção e aos serviços da Entidade o nosso apreço pela colaboração prestada.

Porto, 28 de março de 2022


Santos Vaz, Trigo de Morais & Associados, SROC, Lda.
Representada por João Manuel Trigo de Morais, ROC N.º 881

Parecer Concelho fiscal

PARECER

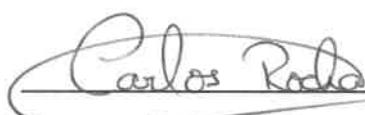
Usando das competências que lhe conferem o Art.º 39º dos Estatutos da *“Praia Cultural – Cooperativa de Interesse Público e de Responsabilidade Limitada”*, emitir parecer no que respeita à fiscalidade do período e atividade da Cooperativa *“Praia Cultural”*, no espaço de tempo correspondente ao ano económico de 2021.

Assim, e nos termos supramencionados, este conselho procede à apreciação dos documentos fornecidos, para tal efeito.

Com base nos elementos apreciados e postos à disposição para análise, achamos apto para aprovação, o Relatório de Apuramento de Contas do período em apreço.

Praia da Vitória, aos 28 dias do mês de Março de 2022

O Conselho Fiscal







Ata

ATA Nº. 17/2022

Aos trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e dois, reuniu na Academia de Juventude e das Artes da Ilha Terceira, freguesia de Santa Cruz, concelho de Praia da Vitória, em sessão extraordinária, pelas quinze horas e trinta minutos, a Assembleia Geral da Praia Cultural – Cooperativa de Interesse Público e de Responsabilidade Limitada, com sede na Rua Serpa Pinto, nº. 62, 9760-545 Praia da Vitória. Presidiu Dra. Vânia Marisa Borges Figueiredo Ferreira, na qualidade de Presidente deste órgão. Encontrando-se presentes a Dra. Vânia Marisa Borges Figueiredo Ferreira, Ricky Batista e Lídia Marlene Ávila Branco, na qualidade de Presidente, Vice Presidente e Secretária da Assembleia Geral em representação do cooperante Câmara Municipal da Praia da Vitória, Sra. Paula Cristina Borges de Sousa, Presidente da Direção em representação do cooperante Câmara Municipal da Praia da Vitória, Maria Madalena Medeiros Pereira, Vice Presidente da Direção em representação da cooperante FUP, Tesoureiro da Direção, Dr. Ricardo Jorge Peixoto Toste e o Secretário da Direção, Marco Aurélio Meneses em representação do cooperante Câmara Municipal da Praia da Vitória, Carlos armando Costa na qualidade de vogal, Carlos Rocha presidente do conselho fiscal e Dra. Otilia Martins, vogal do Conselho Fiscal, em representação do cooperante Câmara Municipal da Praia da Vitória -----

A Assembleia Geral reuniu com a seguinte ordem de trabalhos: -----

Ponto Um: Apresentação, discussão e votação do relatório e contas de 2021; -----

Ponto Dois: Outros Assuntos. -----

Ponto Um: A Presidente da Assembleia Geral informou que o relatório de contas relativo referente a 2021 seria apresentado pelo Dr. Rodrigo Azevedo, dando a palavra ao mesmo que explicou pormenorizadamente, assim como foi esclarecendo algumas duvidas que foram surgindo ao que foi votado, tendo nove votos a favor e uma abstenção, pela Sra. Maria Madalena Medeiros Pereira.-----

Ponto Dois: Entrando no ponto da ordem de trabalhos, a Presidente da Direção, Paula Sousa, informou que o Grupo Fontes da Nossa Ilha, pretende vender a sua cota da Praia Cultural pelo valor de 15€, sugerindo ser a FUP a adquirir a mesma. A Vice Presidente da Direção, Madalena Pereira, diz que irá levar a reunião de Direção da FUP, a fim de ser tomada uma decisão. Todavia, julga não ser viável uma vez que a FUP, em agosto de 2022, poderá também desistir de ser cooperante da Praia Cultural, após o termino do seu empréstimo ao banco. Foi determinado pela Presidente Assembleia Geral, Dra. Vânia Figueiredo, ficar-se aguardar a decisão da FUP, a fim de serem depois averiguadas outras alternativas.

A Sra. Presidente da Direção, Paula Sousa, também a informou que irá ser elaborado um protocolo entre a Fundação da Escola Profissional da Praia da Vitória, com a cedência de espaço, os bares da Academia e Auditório para exploração e realização dos estágios dos seus alunos.

Nada mais havendo a tratar, foi feita a leitura da ata tendo sido aprovada por unanimidade e subscrita pelos presentes. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA GERAL

Vânia Figueiredo Ferreira

A SECRETÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL

Lidia Branco